

Revista de
**Direito Econômico e
Socioambiental**

ISSN 2179-8214

Licenciado sob uma Licença Creative Commons



REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL

vol. 9 | n. 3 | setembro/dezembro 2018 | ISSN 2179-8214

Periodicidade quadrimestral | www.pucpr.br/direitoeconomico

Curitiba | Programa de Pós-Graduação em Direito da PUCPR



Resenha: “A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade”, de Ulrich Beck

Book review: “A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade”, by Ulrich Beck

Diogo Andreia Serraglio*

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil)
diogo.aserraglio@gmail.com

Heline Sivini Ferreira**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil)
hsivini@yahoo.br

Recebido: 20/02/2018
Received: 02/20/2018

Aprovado: 20/02/2018
Approved: 02/20/2018

Referência da obra resenhada

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018. 280p. ISBN: 978-85-378-1734-6.

Como citar esta resenha/*How to cite this book review*: SERRAGLIO, Diogo Andreia; FERREIRA, Heline Sivini. Resenha: “A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade”, de Ulrich Beck. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 455-467, set./dez. 2018. doi: 10.7213/rev.dir.econ.soc.v9i3.24815.

* Doutorando e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR, Brasil). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Direito Internacional do Meio Ambiente pela *United Nations for Training and Research* (UNITAR). Paraná. Advogado. E-mail: diogo.aserraglio@gmail.com.

** Professora Adjunta do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Curitiba-PR, Brasil). Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente: Sociedades Tradicionais e Sociedade Hegemônica (PUCPR). E-mail: hsivini@yahoo.br.

Conhecido como *o livro inacabado* de Ulrich Beck,¹ *A Metamorfose do Mundo* dedica-se, de maneira singular, à compreensão dos eventos globais que se desenrolam em uma sociedade marcada pela desestabilização dos conceitos básicos e das certezas que até então a sustentaram. Trata-se, pois, da compilação dos trabalhos mais influentes do autor, dessa vez entrelaçados e amadurecidos, evidenciando o aprimoramento do seu pensamento no decorrer da sua trajetória acadêmica.

Para demonstrar como a ruptura com as visões anteriores de mundo dar-se-ia a partir da noção de *metamorfose*, em que fatos antes improváveis tornam-se possíveis e reais, a obra foi concebida sob a ótica das mudanças climáticas e encontra-se dividida em três partes que se complementam mutuamente: *Introdução, evidências, teoria*, com a apresentação e desenvolvimento de conceitos descritivos e interconectados à metamorfose do mundo; *Temas*, em que as definições previamente apresentadas tornam-se objeto de estudo empírico; e *Panorama*, uma tentativa de oferecer respostas às questões levantadas pelo autor no decorrer do livro.

Na obra, Beck teoriza a metamorfose do mundo em várias perspectivas e, ainda que seu principal foco sejam as mudanças climáticas, sua análise perpassa as relações institucionais, demonstrando a necessidade de reformulação das políticas públicas estatais a partir de conceitos integrados e cosmopolitas. Ao construir as bases da sua teoria sobre a metamorfose, o autor trata da desigualdade, das diferentes gerações que convivem em uma sociedade permeada pelo risco e da comunicação na era digital e global como externalidades positivas e negativas, validando a ideia de que a implementação de políticas públicas não deve se focar apenas nos aspectos negativos, mas também nos positivos, como se passa a apurar.

No tópico “Introdução, Evidências, Teoria”, Beck destaca que a sociedade contemporânea passa por um processo de metamorfose, termo que não deve ser confundido com outros estabelecidos pelas ciências sociais,

¹ Sociólogo alemão responsável por contribuições inéditas à teoria social contemporânea no decorrer das últimas décadas. Desde a publicação da obra *A sociedade de risco*, em 1986, Beck tornou-se um dos mais importantes e consolidados nomes do meio acadêmico em âmbito internacional. Ao instigar as teorias sociais dominantes e ao colocar a questão ambiental como central para a melhor compreensão da sociedade atual, centrou-se na sua releitura a partir da assimilação e institucionalização de riscos, bem como de processos de individualização. Por meio da teoria da sociedade de risco e a passagem para a modernização reflexiva, seus estudos abarcaram diversos temas – crise ecológica, papel do Estado moderno, soberania e nacionalismo –, auxiliando não apenas a Sociologia, mas também áreas como o Direito e a Economia. Com o seu falecimento, no início de 2015, Beck deixou uma obra em construção, com planos inacabados de aprimorar teoricamente suas ideias, objeto da presente resenha.

tais como *mudança* ou *transformação*. Enquanto essas implicam uma passagem gradativa de alteração de estado ou condição, como a evolução do nacional para o global, por exemplo; aquela resulta da variação de alguns aspectos de algo que permanece inalterado em seu todo. Ou seja, como a metamorfose ainda é um território desconhecido, o autor desenvolve um conjunto de conceitos descritivos e interconectados para caracterizá-la, tais como *espaços de ação cosmopolizados*, *classe de risco*, *condições de poder de definição*, *catastrofismo emancipatório* e *comunidades cosmopolitas de risco*. Nesse contexto, o sinônimo mais adequado para o termo metamorfose seria *transfiguração* e não *reconfiguração*.

Diante da carência de teorias que expliquem o estado atual do mundo, metamorfose simboliza o desaparecimento de paradigmas ultrapassados e a eclosão de realidades jamais imaginadas, exigindo o desenvolvimento de novas estruturas sociais. Em tempos de comunicação digital, a sociedade de risco mundial é responsável por uma dinâmica estrutural importante, pela qual os riscos globais criam novas formas de comunidades. Compreender tal conjuntura significa entender a metamorfose da sociedade moderna nessa era.

Está-se diante de uma reconfiguração histórica da visão de mundo nacional – os riscos globais criam públicos globalizados e esses, por sua vez, tornam os riscos globais visíveis e políticos –, em razão de um processo de modernização bem-sucedido. Parte-se, neste momento, para um olhar macro do mundo.

A imagem de sociedade difundida até então teria virado de cabeça para baixo com o colapso do imperialismo e da União Soviética, bem como com o processo de globalização constatado a partir de então. Afetou-se, com isso, não apenas todo um regime político, mas também a percepção da própria sociedade. Trata-se de processo que não apresenta limitação no tempo e no espaço, mas que avança e espalha-se cada vez mais por conta da inação política, uma vez que a metamorfose do mundo introduziu novos espaços e estruturas de atuação. A política não está mais sujeita às mesmas vontades de antes ou vinculada apenas a atores e instituições estatais, afinal, as implicações dos riscos são problemas globais.

Diante disso, incertezas normativas e empíricas relacionadas ao futuro do planeta fazem com que nações deixem de ser o principal foco de atenção, pois a globalização fez com que o conceito de soberania perdesse seu sentido tradicional e as situações decorrentes de criação de normas

aplicáveis a todos os países fossem problemas não restritos somente às próprias nações. Em uma realidade metamorfoseada, são os Estados-nação que orbitam em ambientes caracterizado pelo risco: dado que a política nacional foi transfigurada em política cosmopolita, ambas não podem ser separadas em termos de atores, estratégias ou alianças específicas. Nesse sentido, entre a passagem da era nacional e o surgimento da era cosmopolita, a ação política e o poder estão seguindo dois roteiros completamente diferentes e ainda mutuamente interativos. Há dois atores diversos no cenário mundial, realizando duas peças diferentes de acordo com cada perspectiva, de modo que há um entrelaçamento altamente paradoxal entre o problema político estabelecido e o alternativo, entre o que está defendendo a ordem mundial nacional da política e que está tentando mudar as regras e papéis do jogo do poder de uma maneira cosmopolita.

A ideia de *metamorfose do mundo* coaduna-se, assim, com espaços de ação cosmopolizados, isto é, não institucionalizados num enquadramento nacional, pois a política está entrando em uma *zona crepuscular peculiar* da dupla contingência: nada permanece fixo, nem as antigas instituições básicas e sistemas de regras, tampouco as formas e papéis organizados específicos dos atores. Referida alteração no quadro de referência de ação política exige interdependência entre Estados-nação e cidades do mundo, abrindo novas perspectivas sobre a política climática cosmopolita.

Com isso, a ação cosmopolizada não mais se restringe ao nacional e integrado, mas sim ao global e desintegrado, abarcando a pluralidade de sistemas legais vigentes, os quais passam a constituir a nova estrutura de oportunidades e possibilitam a metamorfose da ordem social e política.

Segundo o autor, aqueles que agem nacional ou localmente são deixados para trás. A transição do nacionalismo metodológico tradicional para um cosmopolitismo metodológico mais flexível é algo discutido de forma recorrente no trabalho. Em síntese, Beck sugere que a globalização altera as estruturas sociais e exige adequação desses atores para acompanhar as mudanças na era global e digital.

No segundo capítulo da obra, intitulado “Temas”, Beck trata das externalidades favoráveis e desfavoráveis da teoria da metamorfose para a sociedade, explicando que a referida teoria vai além das sequelas de uma modernidade que logrou êxito em suas premissas, abordando os aspectos positivos dessas consequências inicialmente produzidas. Dito de outra

forma, o autor propõe que, caso a política urbana aproprie-se devidamente de alianças transnacionais, os efeitos colaterais dos riscos climáticos poderão ser positivos.

De outra sorte, visto que as externalidades negativas aceitas durante o processo de modernização da sociedade tornaram os arranjos institucionais sociais e políticos obsoletos, as consequências dessas, agora, alastram-se pela sociedade e criam a consciência de que a narrativa da controlabilidade do mundo tornou-se, novamente, fictícia.

Contudo, a negação do pessimismo não implicaria otimismo, Beck desconstrói o ceticismo cultural dominante por meio de estudos das condições sociológicas, políticas e culturais. Compreender um mundo em metamorfose significa não apenas entender a dissolução da realidade sociopolítica, mas sobretudo voltar-se às estruturas, às normas e às possíveis contribuições que emergem a partir disso.

Deste modo, a infindável história de fracasso da humanidade motiva o despertar da consciência da sociedade moderna. Isso não significa que o autor vise a substituição dos conceitos estanques existente sobre mudanças sociais e políticas por outra distinta. Ao contrário, ele estrategicamente pretende complementar essa tipologia com uma nova que, até o momento, passou despercebida na sociedade de risco mundial. Os produtores e os portadores de risco entram em conflito uns com os outros em detrimento de relações de definições concebidas em grande parte e inalteradas em relação à sociedade moderna de estados-nação, que são historicamente inadequadas para a sociedade de risco global.

Na metamorfose do mundo, as definições de relações jurídicas tornam-se expostas e politizadas com cada catástrofe que lembra a sociedade como a lógica dos riscos globais permeia a experiência cotidiana. A combinação de definição de relações nacionais e a politização global da ciência torna visível a estrutura subjacente da "irresponsabilidade organizada", como situações nas quais indivíduos, organizações e instituições escapam da responsabilidade por existirem riscos e potenciais desastres que escapam à preponderância das leis e dos regulamentos.

Em suma, metamorfose não se caracteriza como mudança social, mas sim como forma de alterar a natureza da existência humana. Ao tratar das alterações na sociedade, Beck designa-a como a *era dos efeitos colaterais* e desafia o modo de avaliar o mundo a partir da consolidação de instituições cosmopolitas e, em razão disso, ressalta a importância das decisões políticas.

Com o intuito de trazer concretude ao que sustenta, Ulrich Beck faz uso da mudança climática como exemplo de algo que seria capaz de alterar a ordem política mundial. Inobstante ser considerada uma ameaça à sobrevivência da espécie humana, ao equipará-la a um agente de metamorfose, ele valida a ideia de que tal fenômeno já alterou a forma como os seres humanos vivem, pensam e agem sobre o mundo. O ímpeto da metamorfose viabilizaria, neste caso, uma nova interpretação das alterações do clima, dessa vez direcionada para a emergência de uma coletividade consciente capaz de transmutar o mundo para melhor. É o que o autor chama de *catastrofismo emancipatório*.

Em outras palavras, apesar da mudança climática refletir os desacertos de um processo de industrialização desenfreado, políticas nacionais e internacionais não devem se limitar à elaboração de medidas para combatê-la, pois a teoria da metamorfose trata dos efeitos positivos gerados pela sociedade de risco. O sociólogo indaga, desde logo, como esse fenômeno altera a sociedade e a política, bem como sobre as suas possíveis contribuições, produzindo horizontes normativos de bens comuns e realçando a perspectiva cosmopolita das políticas públicas. Permite-se, assim, a reconsideração das bases que fundamentam os discursos atuais sobre governança climática.

Para fundamentar os efeitos positivos gerados pela sociedade de risco, Beck analisa como a metamorfose do mundo pode ser vista e analisada por meio de três lentes conceituais: inicialmente, a violação cria a norma, pois a antecipação da catástrofe global viola as normas sagradas, não positivadas, da existência humana e da civilização; na sequência, a violação de valores sagrados permite um choque antropológico e; por fim, uma catarse social.

A metamorfose é processo em andamento, mas considerando que as consequências das alterações do clima singularizam-se de acordo com os ecossistemas terrestres, não é de surpreender que, enquanto determinadas regiões sofrem acentuados processos de desertificação, outras constatarem o aumento da produtividade agrícola. Semelhantemente, apesar de ameaçar a sobrevivência da fauna local, sabe-se que o derretimento das calotas polares pode criar novas oportunidades na região, como a exploração de petróleo, demonstrando que novos horizontes normativos surgem como quadro de ação social e política, assim como de campo cosmopolítico de

atividades, considerando os aspectos positivos dos riscos e a metamorfose do mundo.

De fato, reconhecer que as mudanças climáticas acarretam novas formas de poder e acentuam as desigualdades e as inseguranças já não é mais suficiente. Deve-se ter em mente que ela remodela os alicerces da sociedade, oportunizando novas formas de cooperação, certezas e solidariedade. Nesse contexto, pontua Beck, a alteração do clima induz o desenvolvimento de mecanismos de responsabilidade transnacional, cria padrões formais e informais de cooperação entre nações, abre novos mercados globais, é responsável pela mudança de estilos de vida e padrões de consumo, bem como possibilita novas formas de salvar a natureza. Na era dos riscos globais, os perigos decorrentes da forma de produção adotada pela maior parte das sociedades chegam como prenúncios e podem ser analisados a partir de suas externalidades positivas para uma governança cosmopolita.

Tendo em vista que os riscos climáticos afrontam uma *conditio humana* cosmopolita, metamorfose associa-se à mudança do clima por meio de indivíduos que, de forma não-intencional, trilham novos caminhos em direção à evolução planetária e social pela política de efeitos colaterais, em que a violação vem antes da norma.

Como a influência dos Estados-nação está se degenerando frente a um mundo cada vez mais cosmopolizado, o autor sugere que soluções para a mudança climática surgirão por meio das cidades, as quais passaram a assumir papel de relevância como atores globais. Ao compreenderem que não há desfechos nacionais para problemas internacionais, Estados-nação facilitarão a organização de redes de cidades para a elaboração de decisões coletivas. Em áreas urbanas, as repercussões de tal fenômeno tornar-se-iam evidentes: fomenta-se a inovação, atenua-se a existência de fronteiras nacionais, assim como legitima-se a política por meio da governança climática.

Isso não quer dizer, no entanto, que respostas para a mudança climática sejam fáceis. Frisa-se que nem sempre externalidades positivas oriundas de efeitos colaterais negativos geram efeitos positivos para a sociedade. Da mesma forma que uma lagarta, isolada na visão de mundo do seu casulo, não tem noção de que se tornará uma borboleta, não se pode garantir que a metamorfose política abordada no livro será capaz de frear os

efeitos adversos de tal processo. Infortúnios de cunho climático seriam, desse modo, a pior modalidade de metamorfose.

Assim posta a questão, dentre os temas estudados empiricamente na obra, sempre sob o prisma da mudança do clima, a metamorfose da desigualdade social merece destaque. Como as ciências convencionais relacionadas ao tema são concebidas apenas em termos de distribuição de bens, como renda e benefícios sociais, não se leva em consideração a repartição de riscos, assim como a relação entre ambas. Quer dizer, a riqueza obtida pela forma de produção e de consumo de uma determinada sociedade não leva em conta as próprias externalidades, positivas ou negativas, que não ficam restritas nem mesmo ao momento da produção, já que os problemas ambientais, a título de exemplo, são transgeracionais.

No mesmo sentido, ao passo que a distribuição de bens é estruturada em âmbito nacional, a repartição de ameaças institucionalizadas apresenta caráter transnacional: ao se desconsiderar a iminência de riscos globais, sejam eles climáticos e/ou financeiros, ignora-se a própria metamorfose da desigualdade, ou seja, os efeitos positivos dos riscos. Assim, a existência de fronteiras nacionais acaba exacerbando as diferenças sociais. Ao evitar externalidades negativas que se expandem com a velocidade do processo de modernização, Estados-nação desvinculam-se de obrigações e responsabilidades formais, da política e, sobretudo, da atenção pública quanto aos riscos criados em razão da própria expansão econômica.

Nesse contexto, metamorfose significa a alteração dos padrões que descrevem a desigualdade social. Ao invés de tratá-los simplesmente como *dados*, ou seja, problemas a serem manejados, deve-se direcioná-los também para *questões de (in)justiça*, as quais englobam os riscos climáticos. Defende o sociólogo, assim, uma codistribuição justa e equitativa tanto de bens quanto de males.

Desigualdade social e alterações do clima entrelaçam-se de diversas maneiras. A intensificação de eventos climáticos extremos, a elevação do nível do mar, a acentuação de processos de desertificação, dentre outros, desafiam as instituições vigentes e suscitam a questão da justiça. Trata-se de quem ganha e de quem perde à medida que a mudança ocorre e suas intervenções para moderá-la se desdobram. Consequentemente, não há que se falar em tal fenômeno apenas como um processo físico, mas também como redistribuidor de desigualdades sociais, uma vez que produz e reproduz velhos e novos desequilíbrios.

Por sua vez, também chama atenção a forma com que Beck aborda a metamorfose da comunicação. Apesar de riscos globais – como a mudança climática – serem invisíveis, em tempos de imagens mediadas e comunicação visual, eles adquirem o poder de romper tal invisibilidade. Quer dizer, não são as catástrofes climáticas em si, mas as imagens globalizadas desses eventos que desencadeiam uma catarse social e fornecem o enquadramento normativo para novas estruturas sociais, pois as normas que orientaram decisões no passado são reavaliadas por meio da imaginação de um futuro ameaçador. Daí seguem as ideias alternativas para o capitalismo, a lei, o consumismo, a ciência, dentre outros.

Na obra, o seguinte diálogo é constatado: riscos globais ensejam públicos globalizados que, por seu turno, tornam essas ameaças institucionalizadas visíveis e políticas. Recorrendo à noção de *males públicos*, o autor enfatiza a conexão entre risco e público globais no sentido de que o primeiro só existe diante da presença do segundo. Ao produzirem espectadores por meio da comunicação, os riscos impõem a busca de uma nova ordem institucional.

A *publicidade do progresso* está relacionada ao fato de que em todas as sociedades democráticas há uma discussão pública sobre o futuro da modernidade. Isso se concentra na produção e distribuição de bens no contexto nacional ou internacional e na dinâmica social e política resultante. As questões e os conflitos que cercam a produção e distribuição de bens, e as dinâmicas sociais e políticas democráticas de governo, são essencialmente voltadas para a promoção do *progresso* e minimizam os efeitos colaterais associados, geralmente ruins. Assim, a discussão política pelo progresso gira em torno de metas, decisões, ideologias e problemas sobre diferentes concepções de futuro. Portanto, a mídia detém o poder exclusivo de mediar a dimensão política nacionalmente organizada, escolhendo o que será produzido, permitido, suprimido e assim por diante.

A distribuição dos efeitos colaterais negativos por intermédio dos meios de comunicação de massa concentra-se na violação de um progresso organizado no plano nacional e passa a alcançar um público-alvo que se torna cada vez mais cosmopolita. Como esse público surge sem qualquer planejamento prévio, sendo, portanto, de difícil controle, os meios de comunicação convencionais – nacionais e monopolistas – são superados e metamorfoseiam-se em meios de comunicação digitais – fragmentados,

individualizados e globalizados – capazes de reavaliar *males* que agora são considerados bens.

Por fim, o autor realiza breve análise da metamorfose das relações internacionais, a partir da ideia da sociedade global, analisando o conceito de *jogo de metapoder da política*, o sociólogo confronta a política nacional, que opera obedecendo regras internas, com a nova política mundial cosmopolita, que se presta a alterá-las em virtude do surgimento de atores e estruturas sociais.

Nessa perspectiva, Beck explica que a metamorfose do mundo estabelece-se a partir da análise dos binários na tomada de decisão política urbana, ou seja, o que antes era considerado como separado (cooperação e competição, economia e meio ambiente, igualdade e desigualdade, solidariedade e interesse próprio, localismo e cosmopolitismo) deve ser trabalhado em conjunto se a sociedade quiser capturar e diagnosticar as mudanças.

Ao introduzir novos espaços de ação, a metamorfose do mundo faz com que a política não permaneça mais sujeita unicamente aos limites estipulados pelos arranjos tradicionais do Estado-nação, tampouco ligada somente a agentes e instituições estatais. De fato, a atualidade presencia a desordem de antigas instituições e de sistemas básicos de regras, assim como dos recentes espaços de ação e dos papéis de seus respectivos atores.

Como nada mais tem caráter definitivo, Beck apoia a personificação de todos em um único ente, o qual estaria habilitado para atribuir e coordenar deveres e funções. Para tanto, ele utiliza a instituição da União Europeia (UE) como exemplo para fundamentar seu posicionamento, pois a Europa não é uma condição fixa, tampouco uma unidade territorial, um Estado, ou uma nação. De fato, não há *Europa*, mas sim a metamorfose da europeização, um processo de transformação contínua.

A metamorfose da UE decorreria da existência de um conflito de metapoder entre aqueles que defendem o direito constitucional nacional e daqueles que apoiam o direito europeu. Enquanto a política nacional vigora por meio da aplicação de leis internas, a nova política do direito do bloco econômico atua alterando a própria política do direito, em razão do fato de serem interdependentes. Isso significa que, em uma realidade metamorfoseada, ambas políticas encontram-se entrelaçadas e já não podem ser separadas uma da outra. É o que possibilita a cooperação dos Estados-membros da EU quanto à limitação da soberania estatal – sem a

perda das respectivas identidades culturais – e a busca de respostas comuns para desafios globais, como a mudança climática.

Como, aos poucos, o poder das cortes constitucionais nacionais é transferido para o Tribunal Europeu, resta saber como elas continuarão deliberando com base no direito nacional e, ao mesmo tempo, antecipando a metamorfose do sistema legal nacional para o europeu, restringindo, assim, o próprio poder. Afinal, a *virada cosmopolítica* do Tribunal Europeu de Justiça deu origem a uma forma autoritária de constitucionalismo na Europa sem uma Constituição formal, baseada em uma prática de lei. A Europa é o produto da práxis política sem teoria política, o que também reforça que a metamorfose cria novos atores políticos que são aplicáveis a níveis transnacionais, o que implica um desafio a teoria de Beck.

A última parte do livro, denominado “Panorama” levanta questões que ainda permanecem sem respostas, uma vez que ninguém pode precisar a direção da metamorfose do mundo, como demonstrado anteriormente.

A metamorfose significa que as políticas nacionais e internacionais são vistas dentro da estrutura e pelas lentes das cidades do mundo e seu poder emergente nos assuntos mundiais. Essa mudança no quadro de referência permite analisar a metamorfose real do mundo que está ocorrendo na interdependência e competição pelo poder entre Estados-nação e cidades do mundo e abre novas perspectivas sobre a política climática cosmopolita. Nesse sentido, o porvir da dissolução do mundo tradicional em virtude de espaços de ação cosmopolizados, os efeitos da distribuição igualitária de riscos globais entre centro e periferia, ricos e pobres; assim como os rumos das novas estruturas sociais estabelecidas em razão da inação política são alguns dos temas abordados pelo autor.

O que todos os temas analisados têm em comum é a redistribuição de *males* que agora são considerados *bens*, haja vista que a proposta de Beck é demonstrar como as sociedades não considerara as externalidades (positivas e negativas) para promoção de políticas públicas. Por meio dessas abordagens, Beck fornece ideias inspiradoras para acreditar que as externalidades positivas decorrentes de efeitos colaterais negativos podem gerar contribuir para os agentes promotores de políticas públicas. É o caso da mudança climática: apesar do autor alegar neutralidade quanto ao assunto, não se pode negar o seu otimismo ao oferecer possíveis respostas sobre como a sociedade contemporânea poderia apropriar-se do fenômeno da metamorfose para promover mudanças sociais, criando alianças urbanas

de geração de normas transnacionais; fomentando novos investimentos estratégicos para a criação de cidades ecológicas, bem como propiciando o funcionamento sustentável do capitalismo global urbanizado.

Beck supõe que espaços de ação cosmopolizados, resultados da metamorfose da criação de alianças entre os Estados-nações, facilitariam o acesso aos recursos necessários para a confrontação e adaptação a situações ocasionadas pelas alterações do clima, pois em razão da resistência dos Estados-nação à colaboração transfronteiriça e à política cosmopolita, voltar-se à cidade é importante, epistemológica e politicamente, para descobrir ou estabelecer instituições alternativas para comunidades cosmopolitas de risco compartilhado, abordando os problemas multiplicadores de uma modernidade sem renunciar à democracia que os Estados-nação tradicionalmente asseguraram. O sociólogo acredita que sua teoria pode gerar impacto nas futuras gerações, aqui chamadas de *Homo cosmopoliticus*. Enquanto as gerações que presenciaram – e ainda prezenciam – a disseminação dos riscos globais experimentam a metamorfose como uma ameaça à sobrevivência da espécie humana, as gerações do amanhã a incorporarão de forma natural apropriando-se dos efeitos positivos gerados pela metamorfose na consolidação de políticas públicas que garantam desenvolvimento equilibrado.

De fato, apesar de as gerações dos riscos globais já se encontrarem mais interligadas e abertas para o mundo e seu potencial autodestrutivo, são os jovens que se transformam em mestres dos idosos por compreenderem melhor a diferença entre a perspectiva nacional e a perspectiva cosmopolita, pois o conflito estabelece-se em um mundo dividido entre instituições predominantes que transmitem e vivem de acordo com uma visão de mundo moldada por uma perspectiva nacional enquanto, ao mesmo tempo, a metamorfose do mundo trabalha inexoravelmente para a dissolução do mundo nacional.

Os jovens mostram como os mais velhos devem agir em uma sociedade que se encontra em constante mutação. Nesse contexto, há que se falar em uma metamorfose de gerações onde o posicionamento de indivíduos que possuem concepções políticas diversas convivem na sociedade de risco global, possibilitando, assim, a distribuição de bens e males em espaços de ação cosmopolizados.

Beck demonstra que as sociedades contemporâneas vivenciam a metamorfose do mundo, tornando-se essa uma obra essencial para o leitor

que deseja compreender as mudanças políticas, sociais e econômicas, bem como refletir sobre a criação de políticas públicas que se apropriem beneficentemente dessa transfiguração. Portanto, a obra é referência para se trabalhar com as mudanças mundiais no contexto da globalização na era digital. Em que pese ser conhecida como a obra inacabada de Beck, como já mencionado, ela traz importantes alternativas à sociedade de risco, partindo da ideia de que os conflitos devem ser analisados de maneira integrada e cosmopolizada.